

MUSEU DO DIAMANTE / IBRAM

Desafios para uma prática da Educação Patrimonial em escolas de Diamantina

Helena Antônia Guimarães Moura, técnica em assuntos educacionais do Museu do Diamante / IBRAM

Henrique Alberto Alves Ferreira, FACET / UFVJM.

Área temática: Políticas públicas

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise do projeto “Um Museu e Seus Segredos”, realizado em parceria com a UFVJM, através do programa PIBEX, cuja finalidade foi a criação de um material pedagógico para utilização de professores, alunos do ensino fundamental e visitantes do Museu do Diamante. O objetivo foi apontar alguns desafios de uma prática da Educação Patrimonial em escolas de Diamantina, limitado a questões levantadas/apresentadas a partir da pesquisa realizada para a execução do projeto. Diante das dificuldades constatadas via diálogo entre a educação (escola) e o patrimônio cultural (museu), assinalamos para a necessidade da consolidação de políticas públicas de Educação Patrimonial.

Palavras-Chave: Educação Patrimonial, Museu, Escola.

ABSTRACT

This paper analyses the project “A museum and its secrets”, developed in partnership with UFVJM through PIBEX program, whose purpose was the creation of a teaching material for use for teachers, elementary students and visitors of the Diamond Museum, Diamantina-MG, Brasil. The objective of this study was to point out some of the educational practice between the history and memory education in Diamantina’s schools, limited to issues presented from the research conducted for this project. However, the difficulties encountered in through dialogue between education (school) and cultural heritage (museum), pointed to the need for consolidation of public policies for Heritage Education.

Keywords: Heritage Education, Museum, School.

Introdução

De 2011 e 2013, coordenamos o projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (PIBEX/UFVJM), objetivando produzir um material pedagógico direcionado para o ensino fundamental.

O PIBEX destina-se ao oferecimento de Bolsas de Extensão a discentes da UFVJM vinculados a projetos de extensão universitária. Os projetos concorrentes são apresentados por docentes ou servidores técnico-administrativos, em consonância com roteiro pré-definido pela Pró-Reitoria de Extensão e Pesquisa (PROEXC-UFVJM). A equipe do projeto foi composta por Henrique Alberto Alves Ferreira (coordenador, FACET/UFVJM), Juscilene de Fátima Neves (colaboradora, ICT/UFVJM); Antônio César Santos (colaborador, FCA/UFVJM), Fabrício Pinto Rodrigues (bolsista do Curso de Sistemas de Informação / UFVJM, 2011-2012) e Átila Perillo Filho (bolsista do Curso de Bacharelado de Humanidades, 2012-2013) e Helena Antônia Guimarães Moura (vice-coordenadora), graduada em Economia pela PUC/MG, com mestrado em Administração Pública com ênfase em Gestão Econômica, hoje Técnica em Assuntos Educacionais no Museu do Diamante, o qual faz parte do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

O nosso principal objetivo foi a criação de um material pedagógico voltado para alunos do ensino fundamental, com a finalidade de exploração do acervo do Museu do Diamante, situado em Diamantina, Minas Gerais. Um material dialógico que possibilitasse o desenvolvimento de habilidades de leitura e interpretação do objeto museológico, assim constituído: um livro-guia direcionado aos professores de história do ensino fundamental, intitulado **“Um museu e seus segredos”**, para contextualizar a criação do Museu do Diamante e seu acervo; um conjunto de pranchas denominadas **“Descobrimo o Museu”**, para desenvolver habilidades de observação, inferência e comparação; fichas intituladas **“Conhecendo o Museu”** com informações adicionais a fim de possibilitar o aprofundamento e a releitura sobre os objetos; e um DVD, também intitulado **“Um museu e seus segredos”**, que contém as entrevistas com os professores, fotos do acervo do museu e propostas de atividades com os alunos.

Portanto, norteou-se pelos seguintes propósitos:

- apontar a possibilidade de integração entre escola e museu no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem;
- chamar a atenção das escolas para a importância da parceria do museu na prática da Educação Patrimonial;
- pesquisar a história da comunidade valendo-se do que o museu apresenta.

Pensar em um produto a ser desenvolvido a partir do acervo do Museu do Diamante, destinado ao público infantil e de caráter formativo exigiu a sondagem de materiais produzidos por outras instituições museológicas, como os do Museu Imperial, Museu Histórico Nacional, Museu Abílio Barreto, Museu de Artes e Ofícios, por exemplo. Chamou-nos a atenção, em relação ao material analisado, o predomínio de atividades lúdicas e informativas, mas descomprometidas com o desenvolvimento de habilidades formativas a partir do acervo e de sua historicidade. A maior parte do material produzido para o público parece ser de caráter puramente informativo e os suportes mais usuais são os folders, encontrados em profusão.

Entendemos que seria necessário refletir sobre as possibilidades e desafios da educação histórica em museus, especificamente em relação ao Museu do Diamante (Diamantina -MG), cujo acervo e cenário seria o ponto de partida para a elaboração do material pedagógico. Como desdobramento dessa ação foram levantadas as principais questões dos pesquisadores sobre educação em museus, estabelecido diálogos teóricos com os professores da rede pública local - baseadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) -, sobre as pesquisas do ensino de História, da Educação e da Museologia e que fundamentaram a elaboração do material pedagógico.

Neste trabalho, apresentamos as reflexões teóricas geradas ao longo da pesquisa, oriundas do projeto de pesquisa e extensão, apresentadas como foco os diálogos entre a educação (Escola) e patrimônio cultural (Museu). Porém, o que nos guiou foi o desejo de transformar o museu, espaço compreendido por lugares de memórias mortas (NORA, 1993) ou simples acervos sociais em um espaço interativo, democrático e pedagógico. Nossa hipótese é a de que, amparados pela experiência da pesquisa desenvolvida, possamos fornecer subsídios às escolas de Diamantina para a implementação de ações para reconhecimento do Patrimônio Cultural.

A criação do material pedagógico incluiu pesquisas em fontes históricas oficiais. Tal fato nos surpreendeu como obstáculo, já que as fontes documentais oficiais são limitadas (grande parte dos documentos em jornais na biblioteca municipal foram enviadas para a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro sem que se mantivessem delas cópias; a biblioteca do Seminário e o palácio Episcopal não permitem visitas ao acervo). Além disso, a grande quantidade de fontes não oficiais exigiu-nos um tempo extra de planejamento, mas substancial de pesquisa e apresentou-se complementar às demais, terminando por ajudar-nos a convergir o foco do estudo em seu objeto. Há de se considerar que o patrimônio documental da cidade de Diamantina vem desaparecendo misteriosamente (descobrimos que alguns cidadãos diamantinenses guardam em suas casas registros importantes e se colocam como proprietários deles), como já o disse a Prof^ª Júnia Furtado, no encontro do FHist do ano passado, fato que comprovamos. Contudo, conseguimos junto aos professores da rede pública de ensino novas fontes e adquirimos referências consideradas oficiais (ou adequadas à demanda dos professores de história) que nos nortearam neste trabalho.

Pesquisadas as fontes, fomos às escolas, fizemos entrevistas com os professores, filmamos e salvamos em mídia digital. Em seguida, fomos ao museu do Diamante e fotografamos as partes do acervo mais contundente com o ensino de História de 5^a a 8^a séries. E finalmente, passamos à confecção das pranchas, fichas de consultas e a confecção do livro-guia “Um museu e seus segredos”, que contém informações necessárias sobre o uso do museu e a história oficial para que os professores a repassem a seus alunos (essa era uma das grandes reclamações deles: a falta de um material que pudesse ser utilizado em sala de aula de modo a trazer memória, história e identidade a seus alunos, incluindo-os na sociedade e causando uma real conscientização e transformação social).

O material criado não contempla ainda os impactos na sociedade, já que a criação do kit pedagógico, por si só, durou um ano. O próximo projeto, já aprovado, é que irá analisar seu uso nas escolas que aceitaram os objetivos do projeto, além de buscar novas parcerias e convidados à participação.

A pesquisa (diário de bordo)

Durante os três anos de trabalho no Museu do Diamante, foi-nos possível entender melhor como os processos e lugares de aprendizagem da História podem revelar o potencial do patrimônio local. Tornou-se possível compreender a importância das estratégias educativas mediadas por objetos portadores de memória e significados históricos e ampliar a convicção sobre a necessidade de se desenvolver uma educação voltada para o patrimônio. Nas escolas, (a grande maioria, pública de ensino fundamental e da periferia), em divulgação do Programa de Ação Educativa do Museu, foi dito pelos que foram ouvidos que “a maioria dos nossos alunos nunca visitaram o museu ou nunca foram ao centro da cidade”. Em relação aos professores, foi percebida a necessidade deles de conhecerem as várias possibilidades interpretativas e de uso do acervo e espaços do museu, ou seja, como a relação museu-escola poderia ser melhorada. Portanto, a prioridade da Ação Educativa deveria passar pela busca por viabilizar aos alunos o acesso aos bens culturais e patrimoniais da sua cidade que, não é, por acaso, Patrimônio Cultural da Humanidade.

A grande maioria dos professores entrevistados reclamou da falta de material didático para trabalhar a história local. Argumentaram que, apesar do farto aparato existente na Biblioteca Antônio Torres (livros de diversos historiadores locais, documentos antigos, jornais, etc.), não é possível utilizá-los devido à sua complexidade em relação ao nível dos alunos. É surpreendente o fato de não mencionarem os museus locais (Museu do Diamante, Museu Casa de Chica da Silva, Museu Casa Juscelino Kubitschek) e a própria cidade como fontes de estudo da “História Local e do Cotidiano”(PCNs, 1997:40).

A educação patrimonial tem se fortalecido junto aos museus. Prova disso é que os setores educacionais estão desenvolvendo trabalhos integrados com outras áreas dessas instituições. A ideia é ampliar as atividades que possibilitem uma melhor leitura do acervo do Museu do Diamante, que possam gerar questionamentos que levem os alunos a uma compreensão mais clara de si mesmos, dentro de um contexto histórico-temporal. Durante as visitas de alunos ao Museu do Diamante, foi clara a ausência de um sentimento de seu pertencimento à história de sua cidade; assim, tornou-se prioritário promover ações com o objetivo de incentivar o reconhecimento e a valorização por parte dos educandos, educadores e comunidade diante de seu Patrimônio Cultural. Era necessário, portanto, promover a apropriação, por parte dos indivíduos, de suas heranças culturais através da Educação Patrimonial, de forma que se tornasse viável à comunidade reapropriar-se de lugares, histórias, objetos, monumentos e tradições que foram e/ou são importantes do seu ponto de vista.

Um dos documentos do ICOM/Conselho Internacional de Museus, (Buenos Aires, 1986) mostra a centralidade do problema da identidade cultural para preencher as responsabilidades que o museu assume, como fator de transformação social, ou seja, que os museus tenham sempre e obrigatoriamente uma postura crítica em relação à problemática da identidade: busca/resgate da identidade cultural como um dos objetivos fundamentais a perseguir (reforçando identidades frágeis, consolidando as desestruturadas, recriando as desfeitas, protegendo as ameaçadas - aprofundar o conhecimento do fenômeno da identidade). Em outras palavras, o que se deve propor é que os museus tenham sempre e obrigatoriamente uma postura crítica em relação à problemática da identidade. Nesse sentido a afirmação de Menezes é bastante contundente,

“Não cabe aos museus serem depositários dos símbolos litúrgicos da identidade sagrada deste ou daquele grupo, e cuja exibição deve induzir todos à aceitação social dos valores implicados. Cabe, isto sim - já que ele é o espaço ideal para tanto -, criar condições para conhecimento e entendimento do que seja identidade, de como, porque e para que ela se compartimenta e suas compartimentações se articulam e confrontam, quais os mecanismos e direções das mudanças

e de que maneira todos esses fenômenos se expressam por intermédio das coisas materiais. A formulação de Hainard me parece pertinente para indicar a direção deste esforço: deve-se ir ao museus para interrogar e se interrogar, não para buscar respostas já concluídas.” (MENEZES, 1982).

Para além dos problemas cotidianos como a burocracia e a falta de estrutura para desenvolvimento de projetos, comuns às escolas e museus, concluímos ser necessário buscar métodos e técnicas que dialogassem com os sujeitos envolvidos no planejamento e execução dos mesmos. Entendemos que a metodologia da Educação Patrimonial deve se apoiar nas concepções de educação e museologia, porém pode ser adaptada aos diferentes contextos sociais e às expectativas dos grupos com os quais trabalhamos.

Tem-se como objetivo maior neste artigo compartilhar reflexões acerca da relação entre Museu e Escola advindas das ações de preservação do patrimônio cultural, tendo a escola, a comunidade e o museu como sujeitos de intervenção em constante diálogo com a Educação Patrimonial. Diante das complexidades contemporâneas presentes nas instituições escolares e museológicas e dos diferentes contextos territoriais, e ainda das desigualdades de acessibilidade da informação e formação, apontamos para a necessidade da consolidação de políticas públicas de Educação Patrimonial.

Ao investigar quais as concepções de patrimônio estão presentes no contexto escolar, a pesquisa pôde constatar que a idéia de cultura remete, de maneira geral, ao seu sentido mais tradicional e que trabalhar com patrimônio nestas escolas remete a aulas extraclasse e a passeios de visita aos monumentos históricos, artísticos e pontos turísticos de Diamantina. Não havia um tratamento sistemático por parte da escola, muito menos uma ideia de patrimônio que incluísse a cultura própria dos alunos. Ficou claro a necessidade de discutir a complexidade do conceito e sua ampliação no processo de ensino-aprendizagem.

A metodologia de Educação Patrimonial pode ser aplicada em vários contextos, mas o foco deste trabalho se limitou ao âmbito das escolas, de forma que seja essencialmente interdisciplinar e inserido nos currículos escolares como tema transversal.

Os PCN's propõem que o ensino de história na educação básica parta de temas e objetos próximos ao contexto social do educando, relacionando-os a outros tempos e/ou espaços. Para atender essa perspectiva, muitos educadores utilizaram as metodologias da Educação Patrimonial e do Estudo do Meio. A primeira, segundo Maria de Lourdes Horta, é desenvolvida nas etapas da observação, registro, exploração e apropriação com vista a sensibilizar o educando para a importância da preservação dos elementos culturais. A segunda, para Circe Bitencourt, propõe a mediação didática da metodologia de pesquisa resumida nas etapas da problematização da realidade, coleta e análise dos dados, e intervenção no contexto estudado. No chão da sala de aula, contudo, estas metodologias têm se imbricado e inspirado experiências pedagógicas originais práticas (PACHECO, 2005).

Para caracterizar essa situação vamos apontar algumas considerações acerca da mediação no campo da Educação Patrimonial e da Pedagogia Museológica. Buscaremos refletir sobre a necessidade da implantação da metodologia em sala de aula e, em seguida, enfatizar a necessidade de reformular os objetivos a serem alcançados na interação museu-escola, bem como a reestruturação dos procedimentos adotados para operacionalização dos projetos voltados à ação educativa. Para tanto, faz-se necessário responder às seguintes questões:

- O que é patrimônio cultural?
- Como essa ideia vem sendo formulada e apropriada pelas instituições de ensino?
- Como está sendo trabalhada e refletida em sala de aula?
- Alicerçada em quais campos disciplinares?
- Quais as diretrizes, métodos e teorias da Educação Patrimonial?
- Quem decide o que é patrimonial?
- Que preparação tem o professor para trabalhar com estas questões?
- Qual material didático?

Concluindo, em que medida os museus são testemunhos da identidade cultural dos povos e instrumentos de um diálogo intercultural que facilite a compreensão da sociedade e do mundo a partir da preservação e da promoção do patrimônio?

1.1 O que é Patrimônio: visão dos professores das redes pública e privada do município de Diamantina acerca do patrimônio cultural local

Os dados que obtivemos através das entrevistas feitas com os professores sobre o conhecimento em relação à Educação Patrimonial foram comparados com os dados produzidos pelo trabalho “Educação Patrimonial: subsídios para elaboração de proposta de ação educativa” realizado pela Fundação João Pinheiro, segundo o qual,

A estruturação de um programa de educação patrimonial a ser implementado nas escolas deve, necessariamente, conhecer a noção de patrimônio cultural dos educadores, que serão os responsáveis pelo trabalho educacional dos jovens. Se [...] Educação Patrimonial é o instrumento de "alfabetização cultural" que permite às pessoas a leitura do mundo que as cerca, levando-as à compreensão do universo sociocultural, bem como à trajetória histórico-temporal na qual se inserem (Iphan, s/d), em que medida os próprios educadores são culturalmente alfabetizados? Que compreensão têm do conceito central -patrimônio cultural - de um trabalho de educação patrimonial? (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001)

Embora a divulgação sobre Educação Patrimonial tenha aumentado no Brasil, a sua concepção, principalmente pelas escolas, ainda é bastante precária. Isso é bastante significativo, já que a educação formal continua sendo o espaço privilegiado para a formação cultural das crianças e dos jovens. Na ocasião das visitas que fizemos às escolas, pudemos perceber que o assunto Educação Patrimonial ainda causa estranheza, em parte, pelo fato de que a cultura e a preservação da memória não integram a agenda de preocupações da sociedade.

Há uma falta de intimidade dos agentes educacionais com o conceito de patrimônio, provavelmente devido à deficiência da formação acadêmica dos educadores. A análise das respostas sobre o conhecimento a respeito do Patrimônio Cultural aponta para: o Patrimônio Cultural como um conjunto de bens que constituem a herança das gerações anteriores, a ideia de Patrimônio Cultural como manifestação artística, a identificação do Patrimônio como um bem material (arquitetura e objetos). Concluímos que não há uma familiaridade com o assunto, pois a grande maioria identifica o Patrimônio Cultural com o estudo sobre os monumentos, edificações históricas, visitas a museus e similares.

A análise das respostas em relação à questão formulada indicou que a maioria dos professores não conseguiu expressar um conceito básico do que seja Patrimônio

Cultural, apesar de compartilharem ideia aproximada do assunto. Isso aponta para a necessidade de recursos e infraestrutura material, bem como a democratização cultural.

O processo de Educação Patrimonial está subordinado a vários fatores, porém a ação do educador é, sem dúvida, a parte mais importante devido a sua atuação como potenciais agentes de Educação Patrimonial nas diferentes unidades escolares e disciplinas em que atuam. Tal processo transcende a escolarização. E, já que é um tema transversal, interdisciplinar e/ou transdisciplinar, deve considerar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos educacionais:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

A experiência com a Ação Educativa no Museu do Diamante tem contribuído para compreender a complexidade do assunto referente ao significado de patrimônio na escola. Através das visitas mediadas observou-se que a ida de alguns alunos ao museu não passava de um simples dia de passeio. As visitas não exploram todo o seu potencial. Os estudantes têm um tipo linguístico e cultural próprio, mostrando a presença de um coletivo diferenciado. Não à toa, já vinham com seu patrimônio próprio, tribo em formação de seus próprios ídolos e legados, e o museu não convergia com este patrimônio, deixando explícita a divergência entre eles, ou seja, o patrimônio consagrado pelo museu e o dos alunos.

O professor se comporta como parte do público escolar e, apesar de haver ações específicas voltadas para eles, raramente são demandadas espontaneamente. Em geral, seu papel é ajudar na mediação com os estudantes nas visitas programadas. Ele não participa da elaboração da oferta de serviços dos museus, escolha de percursos, abordagem conceitual. Por outro lado, as instituições museais, em sua maioria, hierarquizam e triangulam a mediação. É preciso um guia da própria instituição para decifrar os códigos do patrimônio. O professor, responsável pelos alunos, recebe passivamente o “pacote” oferecido pelos museus.

A experiência levou a alguns questionamentos de como as escolas constroem a imagem do patrimônio para seus alunos e, principalmente, como se dá a legitimação política e estética de uma memória histórica, materializada no acervo do museu. Afinal, o visitante é reconhecido como parte dessa produção de sentidos ou ele apenas recebe, desinteressadamente, esse saber especializado? Para Fonseca,

O patrimônio é pesado e mudo, pesado pela estrutura e espaço que ocupa, pesado porque nada diz à população; essa não se vê representada e nem se reconhece no monumento, portanto, mudo. Protegidos por um documento, os edifícios passam despercebidos aos olhos de quem esta ao seu entorno, não ensinam, não produzem, não criam, não fazem refletir e não dialogam (2005, p. 26).

Mediação no campo da Educação Patrimonial

Segundo o Artigo 216 da atual Constituição Federal, o patrimônio cultural brasileiro é compreendido como o conjunto dos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Diante da diversidade de conceitos disponíveis pensamos no grande desafio que seria repassar ao público alvo a noção de patrimônio, ou melhor, em como capacitar os professores para a mediação no campo da educação patrimonial, já que ela envolve disputas de poder e negociações culturais na escolha do que preservar. Considerando que a educação patrimonial necessita se embasar em trocas e na construção coletiva do conhecimento, tal escolha não deve partir apenas dos referenciais do que o educador considera cultura ou patrimônio; mais que isso, é necessário que prevaleça a ideia do que o grupo estabelece como referência para si, aquilo com o que se identifica, pois a educação patrimonial necessita se embasar em trocas e na construção coletiva do conhecimento (FIORI, apud FREIRE, 2005: 10).

Horta *et al.* definem a educação patrimonial como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.” (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999: 06) É ainda “um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido.” (idem: 06).

É fato que o patrimônio cultural é um promissor instrumento pedagógico essencial ao exercício da cidadania, porém são escassas as experiências com a Educação Patrimonial no universo escolar de Diamantina, como constatamos no decorrer da pesquisa. A importância da prática da Educação Patrimonial se reside no fato de que pode despertar nas pessoas a consciência da importância das suas heranças culturais e o sentimento de pertencimento, contribuindo para que elas assumam a responsabilização pelos bens culturais, levando-as a uma maior vivência com a cidadania e mais possibilidade de inclusão social.

No curso de capacitação que preparamos para o professor, concordamos que deveríamos, inicialmente, avaliar o que o grupo compreendia por patrimônio. Para tanto introduzimos discussões mais conceituais sobre o que se pode entender por História, cultura, identidade/alteridade, memória, patrimônio, preservação. Apesar do debate, ainda associavam a palavra ‘patrimônio’ a monumentos históricos. Portanto, entendemos que o trabalho de mediação deve concentrar esforços em ampliar a compreensão do que pode ser considerado patrimônio, levando em conta o patrimônio imaterial, o arqueológico e o natural, deixando claro que as diversas categorias não são estanques. É imprescindível apreender o patrimônio como algo vivenciado e, portanto, recriado no presente (DUARTE, 2001).

Outro obstáculo a ser vencido é a dificuldade de os professores em pensar interdisciplinarmente, já que pensar o Patrimônio Cultural e Histórico no âmbito das outras disciplinas pode contribuir para ampliar o horizonte de compreensão do que pode ser considerado patrimônio. No entanto, isso nem sempre é imediatamente percebido, pelos professores das demais disciplinas do currículo escolar (HORTA, 2005: 3).

Atualmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 - enfatiza, no seu artigo 26, que a parte diversificada dos currículos dos ensinos fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino voltada para a divulgação do acervo cultural dos estados e municípios.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental, elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), trazem uma inovação, ao permitir a necessária interdisciplinaridade na educação básica, mediante a introdução dos chamados "temas transversais", que deverão perpassar as diferentes disciplinas escolares. Dois desses temas transversais possibilitam à escola o estudo do patrimônio histórico e a consequente

adoção de projetos de educação patrimonial. Trata-se dos temas do meio ambiente e da pluralidade cultural.

Em função disso, nos últimos anos, surgiram várias iniciativas nas escolas sobre Educação patrimonial. É curioso observarmos que, apesar da importância dessas ações, nem sempre é percebida uma orientação programática definida, subjacente a elas. Por exemplo: a Educação Patrimonial seria alicerçada em quais campos disciplinares? Quais as diretrizes, métodos e teorias da Educação Patrimonial?

Entendemos que as ações educativas devem levar em consideração a diversidade cultural e o fortalecimento da identidade local; portanto, sua constituição deve envolver a coletividade. Além disso, é importante levar em conta que a grande maioria do público não se sente parte do conjunto do que é reconhecido oficialmente como patrimônio cultural nacional, ou seja, as ações envolvendo a Educação patrimonial devem fazer sentido e serem percebidas nas práticas cotidianas. Assim, em todo projeto de ação educativa é primordial o fortalecimento dos vínculos da comunidade com o seu Patrimônio Cultural – daí a importância do seu envolvimento em todas as etapas da preservação dos bens.

Não se pode deixar de levar em consideração, para a atuação na área de Educação Patrimonial, o conceito de mediação, cunhado pelo psicólogo e educador russo Lev Vygotsky. Em *Pensamento e Linguagem* (1998), ele mostra que a ação do homem tem efeitos que mudam o mundo e efeitos exercidos sobre o próprio homem: é por meio dos elementos (instrumentos e signos) e do processo de mediação que ocorre o desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores (PPS), ou Cognição.

Vygotsky considera que os PPS se desenvolvem durante a vida de um indivíduo, a partir da sua atuação em situações de interação social, da qual participam instrumentos e signos que o levam a se organizar e estruturar seu ambiente e seu pensamento. Os instrumentos e signos, social e historicamente produzidos, em última instância, medeiam a vida.

Pedagogia Museológica: os efeitos de sentidos dos museus para a história, a memória e o patrimônio

A pedagogia museológica contribui com a possibilidade de repasse às comunidades de procedimentos de salvaguarda e comunicação patrimoniais de forma a que sua apropriação permita-as atuar por sua própria iniciativa para a preservação e extroversão de seu patrimônio. Compreenda-se que tal pedagogia não se limita à aplicação em instituições, mas em processos museológicos, que podem ser desencadeados em horizontes muito mais amplos, sempre que se pretenda identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio e desenvolver processos - técnicos e científicos - para que a partir dessa relação o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades. (BRUNO, 1996)

O insucesso na tentativa de (re)significar o espaço museológico se dá por inúmeras razões no caso brasileiro, a começar da controvertida resposta à precedente pergunta: o que são museus e para que servem? Todavia, várias perguntas são colocadas e, afinal, se a memória histórica/acervo do museu não se articula com a sociedade, por que é mantida? Ou, de outra forma, por quem é escolhida(o)? e já que devem representar ou fazer sentido para alguém, para quem? (CURY, 2011)

Inicialmente, quando se começou a pensar no monumento histórico e artístico como bem cultural e patrimonial, havia um grupo com olhar técnico e qualificado para

escolha do quê preservar, sempre levando em consideração os monumentos históricos e artísticos dos períodos antecedentes.

Permanece a idéia da manipulação ideológica do que pode ser ou não patrimônio; quem decide o que é relevante preservar é um determinado grupo (elite) e não o coletivo (povo) como um todo. Neste sentido, o patrimônio é um constructo social (PRATS 1997), é uma invenção, ou por outras palavras, uma versão apenas de uma parte do conjunto das ações humanas, num determinado período histórico (PERALTA, 2000). No caso, considerando a estreita relação entre patrimônio e identidade, a identidade de um grupo/sociedade é sempre um processo seletivo e fragmentado.

O patrimônio é reflexo da sociedade que o produz, mas não necessariamente é fruto da coletividade. Geralmente, é produto de contextos econômicos, políticos ou culturais determinados por classes ou grupos específicos e, portanto, não assumidos pela coletividade de forma autônoma.

Ao contrário, a parceria museu-escola-comunidade deve se dar a partir da construção do conhecimento em sala de aula, tomando-se como referencial o patrimônio cultural local (o bairro e o colégio), a partir do envolvimento dos moradores nas atividades que são desenvolvidas em sala de aula, na comunidade e em relação com outras comunidades.

Aliás, a constituição dos museus contemporâneos, ou seja, a forma pela qual os objetos são selecionados, estudados, analisados e expostos varia de acordo com os objetivos de cada museu e com as determinações inerentes às sociedades em que se inserem.

A criação dos museus europeus, por exemplo, faz parte do processo de criação de memórias coletivas, tradições inventadas e políticas comemorativas dos Estados Nacionais Modernos (NORA, 1984; GILLIS, 1994), compreendidos como comunidades imaginárias, nas quais as referências eram constituídas por construções simbólicas (ANDERSON, 1991). Para tanto, o Estado implementou uma série de medidas unificadoras através do ensino público, língua oficial, festas e comemorações cívicas, em detrimento das especificidades e particularidades de grupos regionais por serem consideradas expressão do atraso e obscurantismo de comunidades locais.

A partir dos séculos XVIII e XIX, a criação dos museus europeus é pautada por três características complementares: o modelo de conhecimento universalista como explicação da ordem, o vínculo com a história nacional e a abertura de suas portas a um grande público (Bennet, 1995). Esses traços também estiveram presentes na criação dos museus brasileiros, porém, de forma diferente. Para o nosso propósito, destacamos o fato de os museus brasileiros não terem conseguido atrair um grande público, bem mais reduzido e com muito menor poder de demanda do que o público dos museus europeus ou mesmo do que o público dos museus norte-americanos.

A questão da criação de um museu passa, quase sempre, pela definição do que é patrimônio e qual a função social que ocupa. Assim, a discussão da preservação nos museus, até o presente momento, em grande parte, tem se dado de forma imposta. A seleção dos bens preservados tem sido efetivada com ênfase aos bens culturais produzidos pelas elites. Em particular, as classes dominantes decidem o que deve ser lembrado e esquecido de acordo com seus desejos e interesses políticos e econômicos, mas não de acordo com a realidade histórica de cada grupo que constitui a sociedade. Não há história desinteressada do poder, e é exatamente por isso que devemos estudá-la e dela fazer parte para que possamos trazer consciência social.

Para a maior parte da população brasileira, não só o mundo se organizava de forma bastante distinta da ordenação científica apresentada pelos museus, quanto a Nação se

consolidava em símbolos muito distantes daqueles preservados pelos museus (SANTOS, 1989).

Há uma grande preocupação em salvaguardar os acervos dos museus, porém esquecem por quê, para quê, e para quem essas instituições existem, levando-nos a pensar que a ideia de associar os museus a um depósito de velharias, empoeirado e antigo não está tão equivocada assim. A prática museológica continua bastante conservadora e os seus reflexos são percebidos nos museus que em sua maioria continuam distante da realidade social, dos seus problemas, conflitos e preocupações (PRIMO, in Cadernos de sociomuseologia, n. 16, 1999).

Numa linha de raciocínio voltada à relação entre museu e inclusão social, especialmente no que se refere ao público infantil, Waldisa Russio (1977) expõe: “Experiência vital para o homem contemporâneo, o museu permanece inacessível a parcelas significativas da população. Num país como o nosso, em que a pirâmide demográfica repousa sobre larga base de crianças e jovens, é imperdoável que os museus não tenham sido despertados para a necessidade de serem algo mais que meros ‘complementos’ da educação formal”.

Para a autora, uma só causa para todos os problemas envolvendo os museus persevera,

A organização do museu não pode alienar-se do processo social, como um todo; é esta atitude esquiva de alheamento que o vem condenando, sistematicamente, ao esquecimento.

Então, como impedir a privatização do que deve ser lembrado e ao mesmo tempo assegurar o pertencimento público das memórias, dos espaços, das histórias, do ambiente, sem o controle tecnocrático?

Um grande desafio para as instituições e, conseqüentemente, para os museus brasileiros, é romper com a cultura escravocrata, clientelista e patrimonialista, que fundamenta a formação do povo brasileiro, além de contribuir para a formação de cidadãos. Significa que o Museu deve participar mais ativamente da vida das pessoas, uma vez que são elas as verdadeiras beneficiárias do patrimônio.

“ (...) Os museus brasileiros fazem parte de nossa tradição republicana, em que grande parte da população tem sido excluída de benefícios sociais importantes, entre eles educação. A proposta de abrir os museus brasileiros a um grande público, ainda que sempre tenha existido teoricamente, em pouquíssimas ocasiões se efetivou. Se é um fato que museus brasileiros têm permanecido ao longo de décadas ignorados por grande parte da população, temos que admitir que esta população pouca ou nenhuma participação têm tido na produção dos discursos lá existentes.” (SANTOS, 1989)

Portanto, é preciso desconstruir a história oficial que os museus contam, reconhecendo que não há uma história com H maiúsculo, mas múltiplas histórias. Normalmente, os heróis populares, as comunidades negras, indígenas e as mulheres, por exemplo, ficam de fora da história oficial. A verdade contada pela escola ainda recai na história dos vencedores.

CONCLUSÃO

A realização do projeto “Um Museu e seus Segredos” nos forneceu indicações sobre a informação e o conhecimento dos professores sobre o tema Patrimônio Cultural, assim como a forma de introdução da Educação Patrimonial na escola. Ações isoladas, mas não menos importantes, foram realizadas de acordo com a capacidade, possibilidade e condições de cada escola. Uma das justificativas dos docentes para a dificuldade de implementação de um projeto de educação patrimonial foi a carência de um material que subsidiasse suas atividades pedagógicas. Porém, quando indagados sobre a possibilidade de usar os museus locais e a própria cidade como “material didático” percebemos um certo desconhecimento sobre as alternativas de utilização dessas fontes no processo de ensino-aprendizagem dos saberes e conteúdos históricos.

Às vezes, por falta de logística, tempo e metodologia a ser aplicada ao visitar um lugar de memória como o museu, a maioria dos professores, e também alunos, não reconhecia ou não estava preparada para utilizar os museus como espaços de saber, memória e patrimônio histórico/ cultural da sociedade. As experiências até o momento mostram que as instituições menos suscetíveis a modificações nesse processo são as escolares. Por outro lado, a viabilidade de uma integração efetiva entre museu, escola e comunidade passa, também, por uma revisão de conceitos na área da Museologia.

Em relação aos discentes, observamos que, nas visitas ao museu, não foram capazes de produzir narrativas históricas com consciência histórica, além de constatar que a grande maioria, nunca foram a um museu. Assim, a aula-visita ao museu não pode ser improvisada. Ela precisa ser planejada e discutida com os alunos(as), destacando-se os aspectos do conteúdo e/ou o tema que será trabalhado. Os professores precisam ter consciência de que o objeto/documento do museu não deva ser visto como prova do real (do passado), nem mesmo tomado como mera ilustração do discurso do texto didático. O uso do objeto histórico como documento na aula-visita ao museu é visto na sua dimensão de evidência histórica, através da qual o estudante precisa aprender a fazer perguntas. É fundamental que o estudante saiba que há ali uma prévia seleção de objetos, nunca dispostos de forma neutra. É necessário aprender a fazer perguntas aos objetos.

No que se refere à escola, a visita deve ser articulada com o conteúdo que está sendo trabalhado, e também com os interesses dos alunos e do professor, aquele que exercerá o papel de provocador entre o conhecimento histórico, o conteúdo trabalhado em classe e os objetos do museu. Os objetos do acervo não devem ser vistos apenas como guardiões da memória, mas, principalmente, como provocadores da história e formadores da consciência histórica, criando sentidos de orientação no tempo, compreensão dos sentidos do passado e interpretação histórica.

A relação entre o museu e a escola nos permite conhecer os diferentes públicos do museu e suas demandas, contribui para o bom desenvolvimento dos estudos museológicos, pois, trabalhos dessa natureza possibilitam analisar o museu enquanto ferramenta, instrumento ou agente transformador (formação do sentimento de pertencimento, valorização do patrimônio). Intensificar estratégias já elaboradas e formular novas medidas são ações emergenciais para uma sociedade que ainda possui elevados

percentuais de excluídos em relação à educação e à cultura. Principalmente quando se percebe que os jovens que nunca visitaram algum tipo de museu demonstram sentir uma necessidade de conhecê-lo, de dialogar, interagir e aprender nestes ambientes, tão diferentes do ambiente do ensino formal. Portanto, cabe a nós, profissionais da área, a aproximação e melhor compreensão de quem visita as instituições museológicas, para que o estudo de todo o potencial social dos museus brasileiros seja otimizado.

Tanto o museu como a escola devem potencializar os recursos educativos de uma comunidade, realizando o intercâmbio necessário entre o ensino formal e não-formal, de forma complementar e nunca exclusiva para nenhuma das partes. Logo, é preciso que as comunidades locais possam se apropriar de seus valores culturais.

As conclusões apontam para a necessidade de reformulação das metas e dos objetivos a serem alcançados na interação entre museu e escola e, conseqüentemente, para a reestruturação dos procedimentos a serem adotados na operacionalização dos projetos a serem desenvolvidos na atuação conjunta entre as duas instituições. Isso não será viável sem apoio institucional e definição de política governamental.

É preciso reconhecer que há diferentes intersecções possíveis entre os museus e os grupos sociais com os quais interagem. Mais que ampliar a acessibilidade do público às coleções, é fundamental incluir preocupações sociopolíticas nas próprias diretrizes do museu, em outras palavras, é preciso extrapolar a esfera tradicional de atuação do museu, sua participação na discussão de qual sociedade se quer construir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 320 p. ISBN: 978-85-35911-88-6.

BENNET, Tony. The Birth of The Museum: History, Theory, Politics. London, New York, Routledge, 1995.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Editora do Senado, 1988

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases, 9394/96. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Ensino Fundamental, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental - SEF . versão agosto / 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: história. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Media e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC, 1999.

BRUNO, Cristina (1996). “Museologia: algumas idéias para a sua organização disciplinar”. Museologia e Comunicação. Lisboa (Cadernos de Sociomuseologia, 9): ULHT.

BRUNO, Cristina (2006). “Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória”. In: MILDNER, Saul Eduardo Seiger (org.). As várias faces do patrimônio. Santa Maria: Pallotti. p. 119–140.

CÂNDIDO, Manuelina Maria e NEVES, Kátia Regina Felipini. “Musealização, Arqueologia e Educação”. In: Educación y Antropología. [CD ROM]. www.naya.org.ar (org.), junho/2001.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. Memórias clandestinas e sua museificação – Rio de Janeiro: Revan, 2007, 212p.

CURY, Marília Xavier. Cultura da avaliação, museu e exposição museológica. jan.-jun. 2002 Ciências e Letras, v. 31, p. 99-116.

CURY, Marília Xavier. O partido museológico da Exposição Brasil 50 Mil Anos. In: Vasconcellos, 2001 Camilo de Mello (ed.). Brasil 50 Mil Anos: uma viagem ao passado pré-colonial (catálogo de exposição). São Paulo, MAE/Edusp, p. 53-8.

DUARTE, Manuelina Maria Cândido e NEVES, Kátia Regina Felipini. “Musealização, Arqueologia e Educação”. In: Educación y Antropología. [CD ROM]. www.naya.org.ar (org.), junho/2001.

FIORI, Ernani Maria. Aprender a dizer a sua palavra (prefácio) in: FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: a trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. Pesquisa educação patrimonial: subsídios para elaboração de ação educativa. Belo Horizonte, 2001. Disponível em: <http://www.fjp.gov.br/produtos/cehc/caderno_cehc2.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2007.

GILLIS, John R. (ed.). Commemorations: The Politics of National Identity. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

HAINARD, Jacques. “Le Musée, Cette Obsession”, Terrain, n 4, pp 106-109, 1985.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. et alli. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Educação Patrimonial. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2003/ep/index.htm>

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1990.

MENEZES, U, BEZERRA. A Problemática de Identidade Cultural nos Museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). Anais do III Fórum

MENEZES, Ulpiano Bezerra. de. Do teatro de memória ao laboratório da história; a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: ANAIS DO MUSEU PAULISTA. O

NORA, Pierre (ed.). Les Lieux de Memoire. Paris: Ed. Gallimard, 1984.

PACHECO, Ricardo de Aguiar, in Cadernos do CEOM – Ano 22, n. 31 – Espaço de memória: abordagens e práticas)

PERALTA, Elsa & Anico, Marta (orgs.) (2006). Patrimónios e Identidades: ficções contemporâneas. Oeiras, Celta.

PRATS, Llorenç. (1997). Antropología y Patrimonio. Barcelona, Ariel.

PRIMO, Judite; SANTOS, Sidélia Teixeira e SILVA; Daniella Rebouças. Museologia e Patrimônio: Documentos Fundamentais. Cadernos de sociomuseologia, n. 15 e, 16, 1999

RUSSIO _____. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. Cadernos Museológicos, 3. Rio de Janeiro: IBPC, 1990

RUSSIO _____. Museologia, Museu, museólogos e formação. Revista de Museologia, 1. São Paulo, 2o sem. 1989. p. 7-11.

RUSSIO, Waldisa. Museu? Um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento. São Paulo: FESP, 1977. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Myrian S. História, Tempo e Memória: Um estudo a partir da observação feita no museu imperial e no museu histórico nacional. Tese de Mestrado. IUPERJ, 1989.